

RECURSO ESPECIAL Nº 1.639.658 - PB (2016/0306841-8)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RECORRIDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DA PARAIBA
ADVOGADOS : PEDRO BARRETO PIRES BEZERRA E OUTRO(S) - PB011879
MARCOS DOS ANJOS PIRES BEZERRA - PB003994

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Universidade Federal da Paraíba – UFPB, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 113-114):

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. 28,86%. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA SENTENÇA PROFERIDA EM OUTROS EMBARGOS DO DEVEDOR ACOLHENDO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE PARA EXTINGUIR A EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COISA JULGADA.

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela UFPB contra decisão da Juíza Federal da 3ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba, Dra. Cristina Maria Costa Garcez, que indeferiu o pedido de cancelamento de precatório expedido e/ou a devolução ao erário dos valores eventualmente recebidos pelos exequentes a título de 28,86%.

2. Alega a agravante a prescrição intercorrente da execução de título judicial de origem nº 0008168-67.2011.4.05.8200, conforme a sentença que extinguiu outras execuções de título judicial pela prescrição intercorrente, proferida pelo mesmo juízo, em sede dos embargos do devedor nº 3773-61.2013.4.05.8200; 3477-39.2013.4.05.8200; 3688-75.2013.4.05.8200; 3551-93.2013.4.05.8200; 34782-4.2013.4.05.8200 opostos contra a execução de título judicial decorrente da ação de conhecimento nº 0001010-49.1997.4.05.8200, que dá origem à execução de título judicial ora agravada.

3. Entendeu a magistrada que não há como o juízo enfrentar tal arguição por se encontrar imutável a quo e indiscutível a sentença da execução de título judicial de origem nº 0008168-67.2011.4.05.8200, em face do instituto da coisa julgada.

4. Indeferido o pedido de efeito suspensivo.

5. Não havendo sentença extinguindo a execução de título judicial de origem nº 0008168-67.2011.4.05.8200, nem em sede de embargos do devedor opostos contra esta mesma execução procedentes, reconhecendo a prescrição intercorrente suscitada pela agravante, não há como estender os efeitos da sentença proferida noutros embargos do devedor nº 3773-61.2013.4.05.8200; 3477-39.2013.4.05.8200; 3688-75.2013.4.05.8200;

Superior Tribunal de Justiça

3551-93.2013.4.05.8200; 34782-4.2013.4.05.8200 aos presentes autos, para impedir o pagamento dos precatórios expedidos e/ou determinar a devolução ao erário dos valores eventualmente recebidos pelos exequentes, tendo em vista que a sentença em sentido contrário proferida naqueles autos não é suficiente a legitimar o afastamento da coisa julgada nos presentes autos da execução de título judicial de origem, ora recorrida.

6.Precedente: AGTR nº 93.338-AL, Rel. Des. Francisco Wildo, julg. 06/04/10, 2ª T.

7. Agravo de instrumento da UFPB não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 132-134).

Nas razões do especial, a recorrente alega a existência de violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), uma vez que o acórdão combatido não prequestionou a matéria.

Aponta malferimento dos arts. 2º Decreto-Lei 4.597/1942 e 1º do Decreto-Lei n. 20.910/1932, na medida em que a pretensão do recorrido já estaria prescrita.

É o relatório.

Inicialmente, o provimento do recurso especial por contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015 pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, entre outros, os seguintes motivos: (a) a questão supostamente omitida foi tratada na apelação, no agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuida de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; (b) houve interposição de aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanear a omissão; (c) a tese omitida é fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderia levar à sua anulação ou reforma; (d) não há outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão. Esses requisitos são cumulativos e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

Com efeito, a recorrente limitou-se a indicar a necessidade de abordagem de alguns pontos pela Corte de origem, sem especificá-los, nem justificar, nas razões do apelo, a importância do enfrentamento do tema para a correta solução do litígio.

A suscitada violação do art. 1.022 do CPC/2015 foi deduzida de modo genérico, o que justifica a aplicação da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

De outro lado, o aresto combatido encontra-se sedimentado no seguinte fundamento (e-STJ, fls. 112-113):

Não havendo sentença extinguindo a execução de título judicial de origem nº 0008168-67.2011.4.05.8200, nem em sede de embargos do devedor opostos contra esta mesma execução procedentes, reconhecendo a prescrição

intercorrente suscitada pela agravante, não há como estender os efeitos da sentença proferida noutros embargos do devedor nº 3773-61.2013.4.05.8200; 3477-39.2013.4.05.8200; 3688-75.2013.4.05.8200; 3551-93.2013.4.05.8200; 34782-4.2013.4.05.8200 aos presentes autos, para impedir o pagamento dos precatórios expedidos e/ou determinar a devolução ao erário dos valores eventualmente recebidos pelos exequentes, tendo em vista que a sentença em sentido contrário proferida naqueles autos não é suficiente a legitimar o afastamento da coisa julgada nos presentes autos da execução de título judicial de origem, ora recorrida.

No entanto, a insurgente, mais uma vez, limita-se a alegar que a pretensão do recorrido encontra-se prescrita, pois ultrapassados os cinco anos para o ajuizamento da ação.

A não impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão combatido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo.

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL ORIUNDO DE MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. PRESCRIÇÃO AFASTADA, PELO TRIBUNAL LOCAL. FUNDAMENTO DA CORTE DE ORIGEM INATACADO, NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgou Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de execução individual de sentença proferida em ação coletiva, na qual o Juiz de 1º Grau rejeitou a arguição de prescrição. Interposto Agravo de Instrumento, ao negar provimento ao aludido recurso o Tribunal de origem considerou inaplicável a orientação firmada pelo STJ, no REsp 1.388.000/PR (Tema 877).

III. Não se olvida que "no julgamento do REsp 1.388.000/PR, representativo de controvérsia, a Primeira Seção do STJ sedimentou o entendimento de que o prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei 8.078/1990" (STJ, EDcl no REsp 1.679.383/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

IV. No caso, entretanto, o Tribunal de origem afastou a aplicação do referido precedente, ao fundamento de que "o leading case não apresenta consonância com o abordado nos presentes autos [...] o título executivo judicial, embora tornado certo pelo trânsito em julgado daquela sentença de conhecimento, só pode ser executado quando também tornado título líquido", e que, além disso, "não há que falar em eventual observância do Tema 877 do STJ (REsp 1.388.000/PR), considerando que no caso presente restou demonstrado o retardo de anos para se dar início ao efetivo cumprimento da obrigação de fazer, diante do grande número de litisconsortes (5.022

Superior Tribunal de Justiça

servidores), não podendo ser atribuída a responsabilidade pela demora na apresentação dos informes aos exequentes, considerando que atribuição da executada, uma vez que dependiam de tais documentos para fins de individualização dos valores devidos a cada um dos litisconsortes, o que afasta a aplicação do precedente firmado pelo Superior Tribunal de Justiça".

V. Certa ou errada, tal fundamentação restou incólume, nas razões do Recurso Especial. Portanto, é de ser aplicado o óbice da Súmula 283/STF, por analogia. Precedentes do STJ (REsp 1.656.498/SP, Rel.

Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/05/2017; AgInt no REsp 1.531.075/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/08/2016; AgInt no REsp 1.682.340/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/03/2018).

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.778.124/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 22/4/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator